

ANEXO

1 Identificação da Entidade

A “ASSOCIAÇÃO BEM ESTAR DE SANTA MARIA DE LAMAS” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação, com estatutos publicados no Diário da República n.º 72, Série III, com sede em RUA SOCIAL 110, freguesia de Santa Maria de Lamas. Tem como atividade o apoio social nomeadamente apoio social a pessoas idosas com e sem alojamento, o apoio a crianças e a jovens, a educação pré-escolar, o apoio à família, a promoção sociocultural da população, prosseguindo os seus objetivos, na prestação de serviço das seguintes respostas sociais:

- Creche
- Pré-escolar
- Centro de Atividades de Tempos Livres
- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
- Serviço de Apoio Domiciliário
- Centro de Dia
- Centro de convívio
- Cantina Social

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;



- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259-B/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

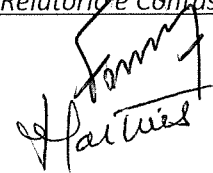
Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.



3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	6 a 50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação. Quando existem, encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	2
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

3.2.3 Investimentos financeiros

A lei nº 70/2013, de 30 de Agosto criou dois fundos de compensação do trabalho. O fundo de compensação do trabalho (FCT) e o fundo de garantia de compensação do trabalho (FGCT), cujo objetivo visa garantir aos trabalhadores o recebimento de metade da compensação devida por cessação do contrato de trabalho.

As participações para o FCT devem ser reconhecidas no balanço como ativo, atendendo a que se trata de um fundo de capitalização com possibilidade de reembolso desses montantes.

Estes ativos financeiros são mensurados pelo custo.

3.2.4 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out), em sistema de inventário permanente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores

As dívidas registadas são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade deverá reconhecer uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na “Demonstrações de Resultados” na rubrica “Juros e Gastos suportados”.

Os “Encargos Financeiros” dos empréstimos obtidos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica (obra sede), são capitalizados como parte integrante do custo desse ativo.

A capitalização destes encargos só se inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso estejam concluídas.

Locações:

Na locação operacional, as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “fornecimento e serviços externos”.

3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público:

<i>Descrição</i>
<i>Auditório de Santa Maria de Lamas</i>

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Regularizações	Saldo final
Bens do domínio público	26 272,21	868,47	0,00	0,00	27 140,68
Terrenos e recursos naturais	347 200,00	0,00	0,00	0,00	347 200,00
Edifícios e outras construções	151 285,86	7 474,67	0,00	0,00	158 760,53
Equipamento básico	245 009,38	11 988,08	(13 871,08)	0,00	243 126,38
Equipamento de transporte	238 209,23	0,00	0,00	0,00	238 209,23
Equipamento administrativo	19 056,01	2 072,75	0,00	0,00	21 128,76
Ativos fixos tangíveis em curso	1 613 996,63	1 000 866,15	0,00	10 682,11	2 625 544,89
Total	2 641 029,32	1 023 270,12	(13 871,08)	10 682,11	3 661 110,47

Depreciações acumuladas					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Regularizações	Saldo final
Bens do domínio público	25 754,90	1 385,78	0,00	0,00	27 140,68
Edifícios e outras construções	140 747,04	1 377,86	0,00	0,00	142 124,90
Equipamento básico	196 464,76	3 447,75	(13 776,30)	0,00	186 136,21
Equipamento de transporte	238 209,23	0,00	0,00	0,00	238 209,23
Equipamento administrativo	14 320,75	246,83	0,00	0,00	14 567,58
Total	615 496,68	6 458,22	(13 776,30)	0,00	608 178,60

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Regularizações	Saldo final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos Desenvol.	0,00	0,00	0,00	0,00	,00
Prog. Computador	4 302,54	0,00	0,00	0,00	4 302,54
Propriedade Indust.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
O. Ativos Intang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4 302,54	0,00	0,00	0,00	4 302,54

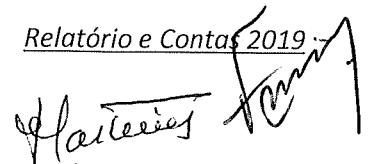
Depreciações acumuladas					
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos Desenvol.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prog. Computador	3 576,84	725,70	0,00	0,00	4 302,54
Propriedade Indust.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
O. Ativos Intang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3 576,84	725,70	0,00	0,00	4 302,54

7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os “Encargos Financeiros” dos empréstimos obtidos em 2019 diretamente atribuíveis à aquisição e construção de um ativo que se qualifica, ou seja, à obra da sede, foram contabilizados como parte do custo desse ativo, conforme alterações previstas pela publicação do Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, Capítulo 10 (Custos de empréstimos obtidos).

Os restantes encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2019			2018		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	40 347,24	360 727,55	401 074,79	40 347,24	345 790,12	386 137,36
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	99 907,36		99 907,36	100 000,00	0,00	100 000,00
Contas Bancárias de Factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	140 254,60	360 727,55	500 982,15	140 347,24	345 790,12	486 137,36



Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como se segue:

Descrição	2019			2018		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	0,00	2 209,78	2 209,78	0,00	2 457,27	2 457,27
De um a cinco anos	40 462,57	7 735,36	48 197,93	40 273,85	8 920,30	49 194,15
Mais de cinco anos	0,00	2 946,75	2 946,75	0,00	0,00	0,00
Total	40 462,57	12 891,89	53 354,46	40 273,85	11 377,57	51 651,42

8 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2019				2018		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsid. e de consumo	1 471,80	99 942,23	5 790,99	2 216,73	107 514,72	6 359,43	1 471,80
Total	1 471,80	99 942,23	5 790,99	2 216,73	107 514,72	0,00	1 471,80
Custo das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00	0,00	104 988,29	0,00	0,00	114 125,52

9 Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Matteus
Relatório e Contas 2019

Descrição	2019	2018
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	476 965,69	442 024,88
Quotas e jóias	5 314,00	4 900,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	1,20
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	482 279,69	446 924,88

10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2019	2018
Subsídios à Exploração do Governo		
Do Instituto de Segurança Social		
Comparticipações	567 235,56	545 014,66
Programa Pré-Escolar-Compensação Salarial	23 269,92	24 842,04
Do Instituto do Emprego e Formação Profissional		
Estágios Profissionais	0,00	1 384,57
Programa Emprego Inserção	444,04	5 687,44
Outros Programas (Cheque Formação)	0,00	1 225,00
Autarquias		
Câmara Municipal de Santa Maria da Feira-Protocolo	12 555,25	11 813,00
Outras Instituições	10 598,31	11 136,06
Total	614 103,08	601 102,77
Subsídios ao Investimento do Governo		
Do Instituto de Segurança Social		
Programa Mases	0,00	0,00
Autarquias		
Câmara Municipal de Santa Maria Feira	20 954,17	241 910,19

11 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 4 896,25€, corresponde ao valor a pagar durante o Mês de Janeiro e é referente a:

Descrição	2019	2018
Retenção s/ Rendimento Trabalho Dependente	4 871,00	5 420,00
Retenção s/Rendimentos Empresariais	25,25	384,62
Total	4 896,25	5 804,62

12 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foi de "58", conforme discriminado no quadro abaixo.

Número Médio Colaboradores

	Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Nº de Colaboradores contratados	2017	53	54	53	52	52	53	54	52	53	53	55	55	54
	2018	58	58	58	55	56	57	58	57	59	59	57	56	57
	2019	57	55	55	55	57	57	56	58	58	58	57	58	57
Nº Colaboradores Programas Ocupacionais	2017	4	4	4	3	4	2	2	1	3	2	2	1	3
	2018	1	3	2	4	4	3	2	3	2	0	0	0	2
	2019	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Nº Colaboradores - Estágios Profissionais	2017	1	1	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	2
	2018	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2019	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total 2017		58	59	59	57	58	57	58	55	57	56	58	57	58
Total 2018		60	62	61	59	60	60	60	60	61	59	57	56	59
Total 2019		58	56	56	56	58	58	57	59	59	59	58	59	58

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Relatório e Contas 2019

Descrição	2019	2018
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	639 148,47	619 988,83
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	2 616,13	1 170,19
Encargos sobre as Remunerações	132 851,64	130 021,61
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	10 873,85	7 355,20
Outros Gastos com o Pessoal	2 750,96	2 150,68
Formação profissional	0,00	0,00
Remuneração de Outro Pessoal	1 635,79	6 276,36
Total	789 876,84	766 962,87

13 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada com acordo.

14 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2019	2018
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros invest. Financeiros - Fundos Compensação Trabalho	1 127,64	1 262,24
Outros invest. Financeiros - Fundos Reestruturação do Setor Solidário	852,01	852,01
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	1 979,65	2 144,25

14.2 Fundadores/benem./patroc./doadores/associados..

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, estas contas apresentavam os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocionadores	0,00	0,00
Quotas	134,00	158,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Total	134,00	158,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

14.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2019 e 2018, a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2019
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	1 856,25	1 500,00
Utentes	16 045,57	13 903,19
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	22 459,30	21 931,30
Total	40 361,12	37 334,49

Nos períodos de 2019 e 2018 estão registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2019	2018
Cientes	0,00	0,00
Utentes	-22 875,65	-21 514,99
Total	-22 875,65	-21 514,99

14.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	160,99
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	50 444,04	259 025,15
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	50 444,04	259 025,15

14.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Gastos a Reconhecer		
Prémios de Seguros Antecipados	6 313,87	8 667,15
Rendas Antecipadas	212,95	0,00
Total	6 526,82	8 667,15
Rendimentos a Reconhecer		
Rendimentos Faturados resp exerc. Futuros	-4 400,55	-4 631,51
IEFP - Apoios a reconhecer	0,00	0,00
Total	-4 400,55	-4 631,51

14.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Caixa	2 773,76	2 601,06
Depósitos à ordem	90 726,69	270 021,53
Depósitos a prazo	5 000,00	5 000,00
Outros		
Total	98 500,45	277 622,59

14.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	313 419,99	0,00	00,00	313 419,99
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	205 464,03	9 899,79	0,00	215 363,82
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 239 668,62	155 973,86	0,00	1 395 642,48
Total	1 758 552,64	165 873,65	0,00	1 924 426,29

Quadro explicativo das contas incluídas na rubrica outras variações nos fundos patrimoniais:

Conta	Aumento	Redução	Saldo Final
Ajustamentos de transição	0,00	0,00	-18 073,50
Subsídio Seg. Social FSS-Obras	20 954,17	0,00	20 954,17
Subsídio Câmara Municipal-Obras	0,00	0,00	301 710,19
Subsídio Programa MASES	0,00	0,00	16 412,22
Subsídio Câmara Municipal-Viaturas	0,00	0,00	0,00
Subsídio Fundação A. Amorim	0,00	0,00	500 000,00
Doações	135 019,69	0,00	574 639,40
Total:	155 973,86	0,00	1 395 642,48

14.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	111 703,94	66 332,65
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	111 703,94	66 332,65

14.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	23 595,45	22 210,61
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	23 595,45	22 210,61
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4 896,25	5 804,62
Segurança Social	41 003,67	25 954,13
Descontos Judiciais	491,19	457,32
Total	46 391,11	32 216,07

14.10 Outros passivos correntes

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	0,00	21 851,17	0,00	49 023,01
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	11 026,73	0,00	8 554,50
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	504 338,71	0,00	99 675,40
Credores por acréscimo de gastos	0,00	114 946,62	0,00	92 911,60
Outros credores	0,00	2 251,25	0,00	5 412,86
Total	0,00	654 414,48	0,00	255 577,37

14.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
Subsídios do Estado e outros entes públicos	605 708,29	593 453,56
Subsídios de outras entidades	8 394,79	7 649,21
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	614 103,08	601 102,77

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exhaustiva na Nota 10.

14.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos”, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	10 195,09	7 358,16
Serviços especializados	63 896,17	43 442,50
Materiais	7 157,43	6 342,82
Energia e fluidos	59 010,96	52 837,54
Deslocações, estadas e transportes	672,16	643,57
Serviços diversos	46 703,58	38 862,08
Encargos com utentes	27 816,00	25 105,02
Total	215 451,39	174 591,69

14.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares	9 053,01	10 213,62
Descontos de pronto pagamento obtidos	761,54	758,36
Recuperação de dívidas a receber	528,00	541,20
Ganhos em inventários	0,00	983,58
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	32 462,27	20 697,98
Total	42 804,82	33 194,74

14.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	2 552,44	207,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	2,00
Dívidas incobráveis	46,72	0,00
Perdas em inventários	94,78	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	4 428,63	5 073,51
Total	7 122,57	5 282,71

14.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	2 209,78	2 457,27
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	2 209,78	2 457,27
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,44
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,44
Resultados Financeiros	(2 209,78)	(2 456,83)

14.16 Acontecimentos após data de Balanço

O surto do Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de Março de 2020 e alastrou também ao nosso País onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de Março de 2020. O Governo Português obrigou nessa data o encerramento das respostas sociais da Infância, nomeadamente Creche, Pré-Escolar, ATL, mas também da Terceira Idade - Centro de Dia e Centro de Convívio. Assim, Ficou apenas em funcionamento as respostas de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Serviço de Apoio Domiciliário. Alguns serviços prestados aos utentes de Centro Dias passaram a ser prestados nos domicílios. Na sequência desta Pandemia foram elaborados planos de contingência de forma a cumprir com as estipulações da DGS.

Os Recursos Humanos pertencentes às respostas que permaneceram em funcionamento, continuaram afetos às suas funções, tendo sido reforçadas as equipas com alguns elementos das outras respostas sociais que encerraram. Foram tomadas medidas no sentido de conter os custos, nomeadamente através dos recursos aos mecanismos disponíveis, recorrendo ao Lay-Off simplificado a tempo inteiro e a tempo parcial para o pessoal pertencente às respostas sociais encerradas, consoante as necessidades sentidas e de forma a acompanhar os nossos utentes “à distância”. Foram praticados descontos nas mensalidades dos utentes que permaneceram em casa. Contamos que alguns desses pagamentos não sejam efetuados.

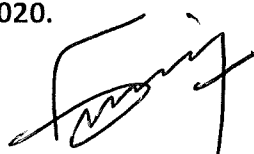
Este surto pandêmico tem um impacto económico e financeiro nas contas da instituição e este contexto de incerteza vivido e a sua evolução torna difícil uma estimativa deste impacto, neste momento. A sua monitorização continuará a ser efetuada ao longo do ano. No entanto, estamos certos de que esta evolução não colocará em causa o pressuposto de continuidade utilizado na preparação das Demonstrações Financeiras de 2019.

Não são conhecidos à data mais quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas.

Santa Maria Lamas, 27 de Julho de 2020.

A Direção:


Rui Carlos Santos

A Contabilista Certificada:

